

## Visitas Pastorais ao concelho da Lourinhã no século XVII\*

M A R I A D O S A N J O S D O S S A N T O S F E R N A N D E S L U Í S

Professora de História da Escola Básica de Ribamar (Lourinhã)

**Resumo:** Este texto tem como objectivo analisar o papel desempenhado pelas visitas pastorais no processo de disciplinamento social, empreendido pela Igreja Católica no período a seguir ao Concílio de Trento. Teve como ponto de partida as fontes produzidas pelas visitas às paróquias do concelho da Lourinhã – livros de devassa e termos de admoestação (1608-1702) –, as quais foram interpretadas à luz do projecto reformista de implementação dos valores do catolicismo. A regularidade com que se realizou a devassa dos “pecados públicos” e o julgamento sistemático dos delitos cometidos, principalmente na primeira metade do século XVII, acabaram por ter um efeito normalizador dos comportamentos sociais.

**Palavras-chave:** Reforma tridentina, Visitas Pastorais, Jurisdição Eclesiástica, Normalização Social.

**Abstract:** The main goal of the current text is to analyze the part played by the pastoral visits in the process of social disciplining, done by the Catholic Church after the Trent Council. Considering the documents – “livros de devassa” and “termos de admoestação” (1608-1702) – produced by the visitations to the parishes of the municipality of Lourinhã, we essayed its interpretation under the guidelines of the reforming project of implementation of the catholic values. The regularity of the inquiries of the public sins and the systematic judgment of the committed offenses, especially in the first half of the XVII century, resulted in a normalization effect upon the social behaviors.

**Keywords:** Tridentine reform, Pastoral Visits, Ecclesiastic Jurisdiction, Social Normalization.

---

\* Agradeço ao Professor Doutor José Pedro Paiva o convite para escrever este artigo, bem como as sugestões de alteração ao texto apresentado e sua revisão. Este artigo é uma síntese das principais conclusões do estudo efectuado sobre visitas pastorais, realizado no âmbito da dissertação de mestrado – «Vivências religiosas e comportamentos sociais: as Visitas Pastorais ao concelho da Lourinhã no século XVII» –, orientada pelo Professor Doutor António Matos Ferreira e apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 10.02.2010.

## Introdução

Os estudos de José Pedro Paiva e Joaquim Ramos de Carvalho vieram pôr em evidência o papel desempenhado pelas visitas pastorais no processo de disciplinamento social, empreendido pela Igreja no período a seguir ao Concílio de Trento<sup>1</sup>. Com efeito, a Igreja portuguesa dispunha de um conjunto de condições que lhe permitiram cumprir com alguma eficácia esse objectivo. Desde logo, porque detinha jurisdição sobre leigos em delitos de “foro misto” – adultério, concubinato, prostituição, lenocínio, incesto, feitiçaria, benzedura, sacrilégio, blasfémia, perjúrio, usura, simonia e manutenção de casas de jogo<sup>2</sup>.

A Igreja tinha ainda um poder de penetração no território sem paralelo na época, que lhe advinha de uma malha administrativa de rede fina – a paróquia – que chegava às regiões mais recônditas do país e lhe era exclusiva. Além disso, a estrutura de governo e de administração eclesiástica era das mais bem organizadas e eficientes do Antigo Regime. A forma hierarquizada de funcionamento permitia-lhe utilizar uma cadeia de comando, pela qual as decisões do centro, de Roma ou da sede da diocese, chegavam aos órgãos mais periféricos da administração eclesiástica, as paróquias<sup>3</sup>. O reforço do poder dos bispos na nova conjuntura da Reforma Católica foi, por sua vez, essencial a este propósito.

O apoio do Estado foi também relevante, evidenciado não apenas pela pronta aceitação pelo Cardeal D. Henrique, em 1564, dos decretos conciliares como lei do reino, como ainda pela colaboração usualmente prestada, ao longo do Antigo Regime, pelos tribunais seculares na aplicação das decisões tomadas pelos tribunais episcopais. Ao Estado interessava por esta via intensificar o seu controlo sobre os povos e o território.

Após o Concílio de Trento acentua-se a tendência, que vinha do início do século XVI, de alargamento dos aspectos sobre os quais incidia a inspecção dos prelados. À verificação do estado de conservação das igrejas e alfaia litúrgicas, do controlo do património das paróquias e do comportamento religioso do clero e dos fiéis, passa a investigar-se também o comportamento moral das populações. Por outro lado, aumenta a frequência das visitas – anuais ou bianuais –, aperfeiçoa-se a organização burocrática

1 Cf. Joaquim Ramos de Carvalho – A jurisdição episcopal sobre leigos em matéria de pecados públicos: as visitas pastorais e o comportamento moral das populações portuguesas de Antigo Regime. *Revista Portuguesa de História*. 24 (1988), pp. 121-163; José Pedro Paiva – A Administração Diocesana e a Presença da Igreja. O caso da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII. *Lusitania Sacra*. 3 (1991), pp. 71-110; José Pedro Paiva, As Visitas Pastorais. In *História Religiosa de Portugal*. Dir. de Carlos Moreira Azevedo. Vol. 2. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa – Círculo dos Leitores, 2000, pp. 250-255.

2 *Ordenações Filipinas*, ed. de Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870, Livro Segundo, tit. IX, p. 428.

3 Cf. António Manuel Hespanha – As Estruturas Políticas em Portugal na Época Moderna. In *História de Portugal*. Coord. José Tengarrinha. S. Paulo: EDUSC-UNESP, 2.ª ed., 2001, pp. 117-182; *As vésperas do Leviathan – Instituições e poder político. Portugal – séc. XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994, pp. 325-343.

da actividade visitacional, com a diversificação dos livros de registo, e publicam-se instruções e regimentos para os visitantes<sup>4</sup>.

A devassa geral – figura jurídica na qual se inquiriam testemunhas para averiguar delitos sem queixa prévia – foi um instrumento poderosíssimo de controlo e normalização dos comportamentos sociais.

## As visitas ao concelho da Lourinhã

A Lourinhã (diocese de Lisboa) era um concelho senhorial desde a sua fundação, em meados do século XII. Durante a Idade Média e princípios da Idade Moderna o seu território era constituído por apenas uma paróquia – Nossa Senhora da Anunciação. A igreja matriz dispunha de uma colegiada, composta por um prior, seis benefícios simples e dois de meia pensão. O prior era auxiliado por um coadjutor. Na segunda metade do século XVI, a paróquia primitiva foi desmembrada dando origem a duas novas: S. Lourenço dos Francos e S. Miguel do Vimeiro.

O estudo que agora se apresenta baseou-se nos livros de devassa (1608-1702)<sup>5</sup> e nos livros de termos de admoestação (1613-1679) existentes no Arquivo Histórico da Cúria Patriarcal de Lisboa. Os capítulos das visitas que ficaram nas igrejas desapareceram, restando apenas um traslado dos do Vimeiro (1626-1781), que se encontra no respectivo arquivo paroquial<sup>6</sup>.

Embora só tenhamos analisado os livros produzidos pelas devassas realizadas no século XVII, a existência de outra documentação permitiu-nos também contabilizar o número de visitas efectuadas no século XVIII, bem como estabelecer o seu grau de regularidade e evolução ao longo destes dois séculos<sup>7</sup>. A primeira metade do século

4 Cf. Joaquim Ramos de Carvalho e José Pedro Paiva – Visitas. *Dicionário de História Religiosa*. Vol. 4. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica – Círculo de Leitores, 2001, pp. 365-370.

5 O livro mais antigo que se conhece sobre as visitas às freguesias do concelho da Lourinhã data de 1608 (livro de devassa).

6 O traslado foi feito por Monsenhor José Jorge Fialho, pároco do Vimeiro entre 1906 e 1941. Entretanto, foi encontrado, no cofre da sacristia da igreja do convento de Santo António da Lourinhã, que não era aberto há cerca de trinta anos, um maço com documentos antigos da igreja matriz, entre os quais se encontrava um livro de capítulos de visitas, cujas datas limite são 1679 e 1822.

7 O número de visitas apuradas deve estar próximo da realidade, porque na falta de livros de devassas, sobreviveram os de admoestação, ou na falta dos dois, existem a partir de 1626 a cópia dos capítulos do Vimeiro, que testemunham a realização das visitas a esta paróquia e pelo menos à da Lourinhã, porque estas duas freguesias estiveram sempre contidas no mesmo distrito visitacional. Esta última fonte foi comparada com os capítulos da paróquia de A dos Cunhados, freguesia contígua ao Vimeiro, mas do concelho de Torres Vedras, que também pertencia a este itinerário e cujas visitas coincidem até final do século XVIII, tendo esta freguesia apenas mais um registo, em 1723 (cf. João Luís Inglês Fontes e Maria dos Anjos Santos Fernandes Luís – Um quotidiano controlado: o olhar das visitas e dos registos paroquiais. In *A dos Cunhados – Itinerários da Memória*. Coord. João Luís Inglês Fontes. A dos Cunhados: Pró – Memória, 2002, pp. 134-139). Até cerca de 1630 houve uma certa indefinição das áreas de visita, tendo as paróquias estudadas estado incluídas ou no distrito de Torres Vedras, ou no de Óbidos ou no de Lisboa (incluindo as freguesias do concelho de Torres Vedras). A partir desta data e até ao final do século XVII, o concelho da Lourinhã esteve dividido entre os distritos de Torres Vedras (Lourinhã e Vimeiro) e Óbidos (S. Lourenço dos Francos). Em 1702, as três paróquias da Lourinhã voltam a estar reunidas no distrito de Óbidos, mas a partir dessa data parece estar a delinear-se uma nova área visitacional constituída por Torres Vedras, Peniche, Lourinhã e Alenquer, incluindo por vezes Arruda dos Vinhos, Atouguia

XVII foi o período forte das visitas, tendo-se realizado, a partir de 1608, cerca de 27 à Lourinhã e ao Vimeiro e cerca 22 a S. Lourenço dos Francos. Deste modo, há uma regularidade bianual na realização das visitas e anual nalguns períodos, como aconteceu nas décadas de 20, 30 e 40, respeitando-se o determinado em Trento. Na segunda metade do século XVII, há um decréscimo de visitas que diminuem para cerca de metade na Lourinhã e Vimeiro (cerca de 13 visitas) e para um terço em S. Lourenço dos Francos (cerca de 8 visitas). O declínio foi mais acentuado no terceiro quartel deste século, porque a periodicidade bianual manteve-se até 1666. Na primeira metade do século XVIII, a tendência de diminuição mantém-se – cerca de 12 visitas nas três paróquias –, enquanto na segunda metade do século realizaram-se apenas 5 visitas.

Podemos assim concluir que o ímpeto dado pelo Concílio de Trento às visitas pastorais explicaria a grande regularidade na sua realização até ao terceiro quartel do século XVII. A partir do último quarto do século XVII e primeira metade do século XVIII há um abrandamento progressivo da actividade visitacional, que dará lugar a um verdadeiro declínio na segunda metade deste século.

## O regimento dos visitantes do arcebispado de Lisboa

A regularidade na realização das visitas pastorais na época pós-tridentina foi acompanhada pela produção de normativos que regulamentavam a sua prática. É o caso do regimento dos visitantes do arcebispado<sup>8</sup>. Este documento é um manuscrito composto por 22 fólios e constitui um traslado feito a 20 de Abril de 1666 por Domingos de Mesquita Teixeira, escrivão da Câmara Eclesiástica. É constituído por três partes: a primeira é denominada «*Instrução da forma que se ha de observar nas vezitas*» (fls. 1-2); a segunda é a *Instrução e Regimento dos Vizitadores do Arcebispado de Lisboa* (fls. 3-13v), constituído por 64 artigos (ambas não datadas); uma terceira parte, são os *Capítulos que ordenou o Reuerendo Cabido por consulta da su Relaçam se iuntassem aos mais deste Regimento* (fls. 13v-21v). A finalizar o documento, determina-se que os referidos capítulos sejam trasladados nos livros da Câmara, que se acrescentem ao regimento que se dá aos visitantes e que sejam publicados com os capítulos da visita nos livros de cada igreja. Os capítulos do Cabido da Sé de Lisboa, em período de sede vacante, estão datados de Lisboa, 26 de Junho de 1659, pelo que o regimento é anterior.

É provável que o *Regimento dos Visitadores do Arcebispado de Lisboa* tenha sido promulgado na década de trinta do século XVII. No artigo 36, proíbe-se, sob pena de excomunhão maior, que daí por diante se deixem nos livros das visitas ou fora delas, por qualquer via, ordem e poder aos párocos para evitarem os seus fregueses por

e Óbidos. Importa referir que a diocese de Lisboa, para efeito das visitas, estava dividida em distritos, tendo-se identificado cinco: Lisboa, Santarém, Torres Vedras, Óbidos e “Banda d’Além do Ribatejo”.

<sup>8</sup> BN, *Instrução e Regimento dos Vizitadores do Arcebispado de Lisboa*, cód. n.º 3137v.

culpas futuras, como não irem à missa, trabalharem aos domingos e dias santos, etc., e nas igrejas onde houver tais capítulos que eles sejam revogados pelos visitantes. Ora, na visita efectuada pelo Dr. Gaspar Soares de Torneo à paróquia do Vimeiro, a 20 de Junho de 1637, o resumo deste artigo está transcrito nos capítulos desta visitação<sup>9</sup>. Também o referido regimento proíbe que, daí em diante, se escrevam nos livros das visitas, que ficam nas igrejas, os nomes dos culpados (art.º 35). O último registo de culpados que é feito no livro de capítulos do Vimeiro data de 11 de Novembro de 1633. A partir daí não há mais registos, e se em 1634 não houve pronunciados, o mesmo não aconteceu em 1636. Portanto é provável que o regimento tenha sido ordenado entre 1634 e 1636.

Há ainda outro elemento que nos permite situá-lo na década de trinta e não antes. No artigo 37, o regimento diz que sendo denunciada alguma heresia, cujo conhecimento pertença ao Santo Ofício, o visitador não a mande registar no livro da devassa, mas sim em papel de fora. Esta instrução ainda não devia ser conhecida em 1630, porque no livro da devassa da visitação à paróquia da Lourinhã, realizada a 13 de Setembro desse ano, aparece uma pessoa denunciada pelo delito de blasfémia, caso que transitou depois para a Inquisição, onde foi julgado.

José Pedro Paiva afirma que este manuscrito tem como modelo o *Regimento de visitantes* de Braga, ordenado por D. Afonso Furtado de Mendonça em 1620, que segue quase integralmente<sup>10</sup>. Ora este arcebispo veio depois para Lisboa, onde exerceu o seu múnus episcopal entre 1626 e 1630 e é plausível que tenha trazido o regimento de Braga para servir de modelo ao de Lisboa. Ainda no campo das hipóteses, pode-se admitir que o regimento de Lisboa só tenha sido promulgado já no tempo do episcopado de D. Rodrigo da Cunha (1635-1643).

## As testemunhas da devassa

A escolha das testemunhas, a partir do rol dos confessados, parece que acontecia um pouco ao acaso, embora como refere o regimento, no artigo 15, o visitador devesse procurar informar-se sobre quem eram as pessoas mais dignas, pelo que se deduz que fossem aquelas cujo reconhecimento social fosse mais elevado<sup>11</sup>. É provável que na sua selecção houvesse o contributo dos párocos, porque estes deviam apontar

9 Arquivo da Paróquia do Vimeiro, José Jorge Fialho – Vimeiro – Notas Históricas. Traslado do *Livro da Visitação da Igreja de S. Miguel do Vimeiro*, fl. 7.

10 José Pedro Paiva – Uma Instrução aos Visitadores do Bispado de Coimbra (Século XVII?) e os Textos Regulamentadores das Visitas Pastorais em Portugal. *Revista de História das Ideias*. 15 (1993), p. 147.

11 *Instrução e Regimento dos Vizitadores do Arcebispado de Lisboa*, § 15, fl.5. Ao contrário do que acontecia no bispado de Coimbra, onde a selecção das testemunhas era feita pelo visitador antes da sua chegada à paróquia, através do rol de confessados que o pároco lhe enviava, no arcebispado de Lisboa, esta era feita no decurso da visita. Deste modo, nas paróquias de Coimbra já se sabia antecipadamente quem ia testemunhar, havendo portanto maior possibilidade de se exercer pressão sobre os denunciante. Cf. José Pedro Paiva – Uma Instrução aos Visitadores do Bispado de Coimbra (Século XVII?) ..., p. 652.

as “cousas públicas e escandalosas” que tinham acontecido na freguesia para dar ao visitador<sup>12</sup> e é muito possível que estes anotassem também os nomes das pessoas que os testemunharam. A ser de outro modo o processo de selecção seria muito moroso, situação incompatível com a duração da visita, que em média foi, no concelho da Lourinhã, de um dia na igreja matriz e de meio-dia nas anexas e tendo em conta as múltiplas obrigações que uma visita comportava. A lista inicial podia ser alterada no decorrer da devassa, porque era muito frequente, quando um caso era denunciado, que o visitador perguntasse ao inquirido o nome de pessoas que pudessem confirmar o seu testemunho. E há mesmo situações de pessoas que no início do interrogatório afirmaram que não tinham nada a dizer e que foram de novo chamadas, porque ao visitador lhe pareceu que elas estariam em condições de testemunhar numa situação entretanto denunciada.

### Frequência na inquirição das testemunhas

<b>N.º de vezes</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>Totais</b>
<b>Testemunhas</b>											
<b>Lourinhã</b>	457	36	12	7	5	0	2	0	2	1	522
<b>S. Lourenço dos Francos</b>	173	23	14	2	2	1	0	1	0	0	216
<b>Vimeiro</b>	142	17	6	3	0	1	1	1	0	0	171

Das 522 testemunhas que foram apuradas na freguesia da Lourinhã, apenas 65 o foram mais de uma vez, ou seja 12,5% e desses, 38,5% eram clérigos. Também todos aqueles que foram inquiridos cinco ou mais vezes eram deste grupo social. Sendo um dos objectivos das visitas, como veremos, corrigir o comportamento do clero era natural que se procurasse no seu seio testemunhos que reflectissem melhor essa realidade. A escolha de clérigos para servirem de testemunhas tinha também a ver com fiabilidade do seu testemunho. Nas freguesias de S. Lourenço dos Francos e do Vimeiro as testemunhas inquiridas mais do que uma vez foram 19,9% e 17%, respectivamente, valor mais elevado do que na Lourinhã, porque nesta havia maior possibilidade de escolha. Parece-nos que estes dados revelam algum cuidado de diversificação das testemunhas, embora a selecção estivesse sujeita ao referido parâmetro da dignidade das pessoas.

Em média foram inquiridas 22,7 testemunhas por visita na freguesia da Lourinhã, 9,8 em S. Lourenço dos Francos e 8,1 no Vimeiro, valores que estão relacionados com

12 *Instrução da forma que se ha de observar nas vezitas*, fls. 1v-2. Adverte-se, no entanto, os párocos para que, nessas denúncias, não ponham em perigo o sigilo da confissão. Os párocos deviam ainda fazer o rol dos fregueses que faltavam regularmente à missa, trabalhavam aos domingos e dias santos, não se comportavam devidamente nas igrejas e dos que deviam multas, a que tinham sido condenados pelos párocos, para serem executadas.



o número de habitantes de cada uma das freguesias. A maioria das testemunhas era homens, chefes de família, representando as mulheres apenas 12,46% dos inquiridos na freguesia da Lourinhã, 4,62% em S. Lourenço dos Francos e 2,9% no Vimeiro, expressão do papel subalterno exercido pela mulher nesta época. A média de idades era de 44,4 anos na Lourinhã, 46,1 em S. Lourenço dos Francos e 46,9 no Vimeiro, embora estes valores tenham que ser lidos com cautela porque é muito frequente aparecer a expressão “pouco mais ou menos” a seguir à indicação da idade da testemunha.

Quanto à categoria social das pessoas que testemunharam nas devassas, embora nem sempre venha referida<sup>13</sup>, o quadro seguinte é muito elucidativo sobre o estatuto social das pessoas que detinham maior idoneidade. Em primeiro lugar estava o clero e em maior número na freguesia da Lourinhã, porque a igreja matriz era colegiada, tendo por isso vários sacerdotes ao seu serviço. Quanto à segunda ordem do reino – a nobreza –, só uma vez aparece um nobre a testemunhar, na freguesia de S. Lourenço dos Francos. É provável que, embora não identificadas enquanto tal, algumas testemunhas pertencessem à pequena nobreza, nobilitadas pelo exercício de cargos na administração local. Contudo, a nobreza de linhagem, a existir, parece não ter sido importunada pelos visitantes.

### Categoria social das testemunhas inquiridas nas devassas (século XVII)

Freguesias		Lourinhã	S. Lourenço dos Francos	Vimeiro	Totais
Clero		151	7	5	163
Povo	Lavradores	48	73	5	126
	Artesãos	47	25	12	84
	Trabalhadores	8	18	13	39
	Diversos	17	4	5	26
	Fazendeiros	14	7	0	21
	Seareiros	3	3	0	6
Nobreza		0	1	0	1

Sendo a Lourinhã um concelho predominantemente rural, é natural que os lavradores venham em segundo lugar. Aparecem em maior número na freguesia de

<sup>13</sup> Apenas os elementos do clero são sempre identificados. No que refere aos leigos, só 62,75% das testemunhas da freguesia da Lourinhã aparecem com a indicação da respectiva actividade; 66,3% na de S. Lourenço dos Francos e apenas 24,1% na freguesia do Vimeiro. As mulheres não contam para esta estatística, porque todas as que foram chamadas a testemunhar são identificadas como sendo “mulheres de”, “filhas de” ou viúvas.

S. Lourenço dos Francos, porque esta beneficiava das terras férteis do vale do rio Grande. Embora este rio percorra também a freguesia da Lourinhã, nesta havia outros grupos sócio-profissionais por que optar. Ainda ligada ao sector agrícola temos alguns proprietários, cuja identificação é assinalada nos documentos por “pessoa que vive de sua fazenda.” Quanto aos seareiros, o seu número é pouco significativo. Os números relativos à freguesia do Vimeiro estão mais longe de retratar a realidade, porque nesta paróquia menos de um quarto das testemunhas indicam a actividade, mas a tendência reflecte uma freguesia com menor aptidão agrícola do que as outras duas.

Em terceiro lugar temos os ofícios, numa distribuição que reflecte a composição sociológica de cada freguesia. Os artesãos que se destacam são sapateiros, alfaiates, carpinteiros, ferreiros, oleiros e pedreiros.

Em quarto aparecem os trabalhadores, conjunto de pessoas que exercem profissões indiferenciadas, mas que têm em comum viverem do seu salário. A maioria deles trabalhava na agricultura, como é evidenciado pelo seu maior número nas freguesias rurais. Eram as pessoas mais humildes de entre as que estamos a analisar.

Há por último um grupo de pessoas que exercem actividades diversas: almocreves, tabeliães, meirinhos dos clérigos, escrivães, porteiros, juizes, capitães, etc., Têm maior expressão na freguesia da Lourinhã, porque essas funções se concentravam na sede do concelho. O recurso a estas pessoas foi pontual.

Nem todas as testemunhas inquiridas denunciaram os seus vizinhos. Na freguesia da Lourinhã os denunciantes representam 50,95% dos inquiridos, na de S. Lourenço dos Francos, 20,83% e na do Vimeiro, 20,46%. A explicação para a diferença entre a Lourinhã e as freguesias anexas deve-se, em nossa opinião, ao facto de na sede de concelho, onde se concentrava cerca de 50% da população da freguesia, a competição pelos lugares da administração civil e eclesiástica potenciarem a expressão de rivalidades. Embora as fontes não façam expressamente eco desta realidade, não deixa de ser um sinal indicativo a afirmação do padre Francisco Ferreira de que pessoas suas inimigas, com “danadas intenções”, o tenham denunciado<sup>14</sup>. O maior número de denunciantes na freguesia da Lourinhã também se poderá dever ao facto de os visitantes disponibilizarem mais tempo a esta paróquia, pelo que a devassa poderia ser feita com maior rigor. Há, no entanto, uma grande variação, de uns anos para outros, entre as testemunhas interrogadas e as que denunciaram, o que nos leva a concluir que os resultados deste processo estavam muito dependentes do maior ou menor zelo dos visitantes.

Era natural que muitas pessoas se sentissem constrangidas em denunciar os vizinhos, apesar de serem incitadas a fazê-lo pelos párocos e visitantes. Alguns provavelmente não o faziam por temerem represálias. Deste problema se queixava o estado eclesiástico nas Cortes de Lisboa de 1641. Os elementos do clero aí representados,

14 AH CPL, *Termos das Admoestações da Visita a Torres Vedras de 1641*, lv. 68, fl. 17.



pediram ao rei que “amparasse” a sua jurisdição contra os poderosos que intimidavam os denunciadores, fazendo com que “o remédio” das visitas contra os pecados públicos enfraquecesse, por falta de provas. Propunham que o rei ordenasse aos corregedores das comarcas que, quando fossem às povoações por correição, inquirissem sobre as pessoas que nas visitas ofendiam os denunciadores. O rei D. João IV, através de um alvará, datado de 27 de Abril de 1647<sup>15</sup>, responde afirmativamente ao pedido dos prelados e ordena aos corregedores que tirem devassa particular dos casos que nesta matéria lhe forem apontados, para se levantarem os respectivos processos no Desembargo do Paço. Acrescenta que se algum prelado fizer directamente queixa de alguém neste tribunal, que o assunto seja deferido sem ser necessária a informação do corregedor. Ordena ainda que os corregedores das comarcas e demais justiças “assistam” aos prelados quando for necessário. Estas práticas manifestam a interpenetração existente entre o nível religioso e o político no controlo social.

## Os “pecados públicos” nos livros de devassa

Pela análise das devassas às freguesias do concelho da Lourinhã, a primeira conclusão a que se chega é a de que do total de delitos denunciados no século XVII (327), 30,9% foram praticados por clérigos e 69,1% por leigos<sup>16</sup>. Se se tiver em conta que a percentagem de clérigos se situava entre 1% e 2% da população<sup>17</sup>, pode-se concluir que os elementos do clero eram os principais alvos dos denunciantes, com particular incidência na freguesia da Lourinhã, dado que a maioria deles residia na vila.

15 Neste alvará, o rei afirma que já tinha mandado responder às propostas do estado eclesiástico nas Cortes de Lisboa de 1642 e 1643, pelo que se deduz que este documento vem oficializar uma decisão já tomada. Cf. AHCPL, *Cópias autênticas de vários documentos da Torre do Tombo, século XVIII*, lv. 500, fls. 299v-301.

16 Há que ter em conta as limitações dos dados disponíveis, porque não sobreviveram séries completas dos livros das visitas. Daí que os números apresentados, tanto das testemunhas inquiridas, como dos delitos denunciados e dos pronunciados, sejam inferiores à realidade. Além de que os livros de devassa dos anos 1608, 1610, 1612, 1620, 1624, 1630 não possuem listas de pronunciados (elas só aparecem regularmente a partir de 1638) e não há os livros de admoestações desses anos, pelo que não podemos conhecer o número daqueles que foram considerados culpados.

17 Este intervalo é meramente indicativo. No concelho da Lourinhã, segundo dados recolhidos para o século XVIII, a percentagem de clérigos relativamente à população era de cerca de 1,85%, se considerarmos o clero secular e o regular (convento de Santo António), de cerca de 1,38% no que diz respeito ao clero secular (ordens menores e sacras) e de cerca de 1,2 % se contarmos apenas os presbíteros. Há, no entanto, que assinalar o desfasamento temporal entre os diferentes tipos de fontes utilizadas neste cálculo. O número de frades reporta-se ao ano de 1699 (IAN/TT, *OFM, Província dos Algarves, Termos das Visitações*, lv. 8, termos de 23.10.1699, fl. 71); o número de habitantes foi calculado a partir dos fogos existentes em 1736, utilizando o coeficiente de 4,5 (D. Luís Caetano de Lima, *Geografia Histórica de todos os Estados Soberanos da Europa occidental*, na off. de Joseph António da Sylva, Tomo II, Lisboa, 1736, pp. 653-654) e o número de elementos do clero secular, com os dados da visita pastoral do ano de 1760-1761 (AHCPL, «Informação dos Parochos, Sacerdotes, e mais pessoas Ecclesiasticas, e das que se pertendem habilitar dos Aciprestados das Varas de Torres Vedras e Lourinhã», *Informação dos Aciprestados de Torres Vedras, Alenquer, Lourinhã, e Peniche – Vezitação anno de 1760, e 1761*, lv. 152, fls. 13v-15v). Para o cálculo do número de habitantes não se utilizaram as *Memórias Paroquiais* (1758), cuja cronologia está mais próxima da referida informação sobre os eclesiásticos (1760-1761), porque não existem para as freguesias da Lourinhã e do Vimeiro.

A segunda conclusão é que tanto no âmbito dos eclesiásticos como no dos leigos, os delitos mais denunciados são de natureza sexual, 41,6% e 77,4%, respectivamente, o que revela a preocupação da Igreja de impor o celibato ao clero e os seus padrões morais como disciplina social relativamente à prática da sexualidade e à vida familiar, aos leigos. A seguir aparecem os casos de comportamento pouco adequado do clero relativamente à dignidade das funções que exerce (21,8%) e, no que se refere aos leigos, o desrespeito pelos domingos e dias santos, faltando às suas obrigações religiosas para trabalhar (11,1%).

## O clero

Sendo uma das preocupações da Igreja a reforma da vida e dos costumes dos fiéis, de modo a conformá-los com os princípios do cristianismo – garante da ordem social –, era natural que a prioridade fosse dada aos membros do clero. A doutrina da Igreja era muito clara a este propósito:

«Porquanto os Clerigos, que conforme a significação de seu nome são chamados à sorte do Senhor, devem viver, e proceder em tudo de maneira, que segundo a doutrina do Apostolo São Paulo não dem offensa alguma, e mostrem ser ministros de Deos. Encommenda muito o sagrado Concilio Tridentino aos Bispos, e Prelados, que fação nisto guardar o que esta ordenado pellos sanctos Canones, e Concilios; e vendo que com ser officio dos mesmos Bispos reformar os vícios de todos seus subditos, o que fica sendo mais principal, e proprio procurar, que os Clerigos, e especialmente os que tem cura de almas, não vivão indecentemente, antes procedão de maneira, que estando, como estão, em estado mais alto, e levantado, ponhão os seculares os olhos nelles, como em espelho, onde achem que imitar, e sejão todas suas acções dignas de respeito, e veneração.»<sup>18</sup>

Este excerto das *Constituições do Arcebispado de Lisboa* evoca a necessidade de os clérigos darem exemplo de vida, de modo a que os leigos se revejam neles como num espelho, justificando-o com a superioridade do estado eclesiástico relativamente ao secular.

Dentro desta perspectiva, não deixa de ser significativo o facto de as cartas pastorais, que foram encontradas na investigação feita e redigidas no século XVII, terem sido dirigidas ao clero pelo arcebispo D. António de Mendonça (1670-1675)<sup>19</sup>. A primeira, datada de 13 de Agosto de 1671, tinha como objectivo a reforma dos trajes dos eclesiásticos. Diz o documento que as “profanidades” e novidades dos trajes entre os leigos na corte, na cidade de Lisboa e arcebispado se tinham “ateado” aos eclesiásticos, os quais criavam o cabelo com artifício e o deixavam crescer e

<sup>18</sup> *Constituições Synodaes do Arcebispado de Lisboa*, lv. III, tit. I, p. 223.

<sup>19</sup> AHCP, *Apensas ao Livro 4.º do Registo Geral da Câmara Patriarcal de Lisboa*, lv. 373, 1671-1674.

usavam, nos vestidos interiores, cores proibidas por direito comum e constituições particulares. A segunda, de 14 de Agosto de 1671, ordenava que todos os confessores do arcebispado lhe apresentassem, ou ao seu provisor, as respectivas licenças, sob pena de ficarem revogadas. Justificava esta pastoral com o cuidado que se devia ter com a administração dos sacramentos e que o sacramento da penitência devia ser dado por quem tinha competência para o efeito. A terceira carta pastoral, de 3 de Novembro de 1671, ia no mesmo sentido. Mandava que todos os beneficiados da cidade de Lisboa e arcebispado, excepto os da Sé, lhe exhibissem, ou ao seu provisor, os títulos que atestavam os provimentos dos respectivos benefícios, ainda que fossem apostólicos. Há ainda dois editais datados de 2 de Novembro de 1671. Um deles era dirigido aos oficiais da justiça eclesiástica do arcebispado para apresentarem os provimentos dos lugares que ocupavam. O outro ordenava que todos os clérigos residentes na cidade de Lisboa, mas que fossem de fora da diocese, regressassem aos lugares de onde eram naturais no prazo de trinta dias, a menos que apresentassem justa causa e suspendia as suas licenças para confessar e dizer missa. O arcebispo lamentava a residência em Lisboa de muitos párocos e outros sacerdotes que não eram do arcebispado, sem terem razão que o justificasse, faltando às suas obrigações nos lugares de onde eram naturais. Com efeito, em Lisboa concentrava-se um número elevado de clérigos, que viam na sua estadia na capital uma oportunidade de aceder a recursos que lhes permitissem sobreviver<sup>20</sup>.

O zelo demonstrado por D. António de Mendonça pode ter sido originado pela necessidade de atalhar eventuais abusos que tenham proliferado no longo período de sede vacante na diocese de Lisboa<sup>21</sup>. Com efeito, o interregno na prelatura de Lisboa – D. António de Mendonça sucedeu, em 1670, a D. Rodrigo da Cunha, falecido em 1643 –, à semelhança do que aconteceu em outras dioceses, deveu-se às dificuldades encontradas pela diplomacia portuguesa junto da Santa Sé, decorrentes do conflito entre Portugal e Espanha após a Restauração.

20 Segundo Fernanda Olival e Nuno Gonçalo Monteiro, em 1620, as 40 freguesias de Lisboa eram servidas por 300 eclesiásticos, mas um arbítrio, provavelmente dessa época, referia a existência de 500 clérigos de fora e estrangeiros a viver nesta cidade. Vinham apenas para ganhar o meio tostão de misericórdia e andavam comendo em tavernas e pedindo esmola pelas praças públicas, desautorizando o hábito sacerdotal e cometendo outros excessos. Cf. *Mobilidade Social nas carreiras eclesiásticas em Portugal (1500-1820)*. *Análise Social*. 37(165), (2003), nota n.º 6, p. 1215.

21 A possibilidade da existência de abusos decorrentes da longa ausência da autoridade episcopal poderá ter estado na origem dos capítulos que o cabido ordenou, em 1659, que fossem acrescentados ao regimento dos visitantes. Diz o documento que, na sequência de várias queixas, uma delas apresentada por carta régia, era necessário os visitantes terem especial cuidado em inquirir sobre as licenças e a administração das capelas, ermidas e oratórios particulares, existentes nas paróquias, bem como de situações reveladoras do pouco respeito pelos espaços sagrados. Dava ainda instruções sobre a forma a observar na tomada de contas das fábricas das igrejas, confrarias, hospitais, albergarias, comendas da Ordem de Cristo e missas de capelas, chamando a atenção para a necessidade de se verificar se eram de instituição eclesiástica ou secular. Justificava estas instruções com o facto de em algumas comarcas, principalmente na de Torres Vedras, os provedores usurparem a jurisdição eclesiástica, tomando as contas a algumas destas instituições, que tinham sido erectas por iniciativa da Igreja ou nos meses de sua reserva.

Apesar de não se ter encontrado nenhum edital de visitação, a inquirição sobre a vida e a honestidade dos clérigos estava sempre presente, principalmente no que diz respeito ao cumprimento do voto de castidade.

Ao longo do século XVII, o delito de mancebia ou concubinato foi denunciado 37 vezes, mas os sacerdotes efectivamente pronunciados foram vinte, um da freguesia de S. Lourenço dos Francos e dezanove da Lourinhã, catorze foram-no apenas uma vez, quatro duas vezes, um três vezes e outro cinco vezes, revelando uma elevada taxa de reincidência (30%). As penas atribuídas a estes sacerdotes, assim como aos leigos, variaram entre a simples admoestação, registada no respectivo livro de termos, a multa e a prisão. A utilização de castigos de natureza pecuniária ou de privação de liberdade foram aconselhados pelos padres conciliares, para obviar à pouca eficácia das penas espirituais, como a suspensão, o interdito ou a excomunhão, devido a estas terem sido usadas indiscriminadamente<sup>22</sup>. Há no entanto que referir a enorme discrepância entre as penas previstas para os diferentes delitos enumeradas nas *Constituições do Arcebispado de Lisboa*, que podiam ir até ao degredo por vários anos para fora do arcebispado, terras do ultramar ou galés e as que foram efectivamente aplicadas. Com efeito, a Igreja procurou evitar penalizações excessivas que fossem contraproducentes com o fim em vista, ou seja, a correcção dos comportamentos. É dentro deste espírito que o normativo aconselha os juízes eclesiásticos a executar com moderação as penas corporais, evitando aparentar crueldade e as penas pecuniárias ou de fazenda, para que não venham a ser confundidas com o desejo de cobiça<sup>23</sup>.

Não obstante ter havido uma grande benevolência no castigo dos infractores, alguns delitos foram mais severamente punidos, nomeadamente os de três sacerdotes acusados de mancebia, os quais foram sujeitos a prisão preventiva<sup>24</sup>. Aliás, neste tipo de crimes, os clérigos podiam ser presos logo ao 2.º lapso, enquanto os leigos só depois do terceiro, o que revela um maior rigor na punição dos eclesiásticos. Estes três padres acabaram por ser libertados, tendo pago multas relativamente elevadas, dois ainda durante o decurso da visita, outro após alguns meses, em Lisboa, nos paços do

22 *O Sacrossanto, e Ecumenico Concílio de Trento*, Sessão XXV, t. II, pp. 419-424.

23 *Constituições Synodales do Arcebispado de Lisboa*, lv. V, tit. XXIV, decreto I, § I e II, pp. 462-463.

24 AHCPL, *Termos das Admoestações da Visita ao Arcebispado de Lisboa de 1611-1616*, lv. 888, fl. 86v.; *Termos das Admoestações da Visita ao Arcebispado de Lisboa de 1618-1624*, lv. 224, fl. 11; *Termos das Admoestações da Visita ao Arcebispado de Lisboa de 1678-1679*, lv. 207, s. fls. As outras três sentenças de prisão, ordenadas durante o século XVII, referem-se a leigos: um casal por consentir a mancebia da filha e uma mulher pelo delito de alcouce. O regimento dos visitantes permite-nos hierarquizar os delitos pelo seu grau de gravidade. As situações mais graves, que autorizavam o visitador a decidir a prisão preventiva logo ao primeiro lapso, eram os crimes de feitiçaria, alcouce, incesto no 1.º ou 2.º grau de consanguinidade ou no 1.º de afinidade, desde que provado por uma testemunha idónea (1/2 prova) e ainda por haver fama e alguns indícios do delito. Podia ainda mandar prender todos aqueles cujos crimes, pela sua deformidade ou pelo prejuízo que causavam, não convinha proceder por admoestações, como sacrilégios, incestos no 3.º e 4.º graus de consanguinidade, ou 2.º, 3.º ou 4.º grau de afinidade, *excopula* lícita ou no 1.º e 2.º grau de afinidade, *excopula* ilícita, usura e juramento falso em juízo. Em todas as situações em que houvesse lugar a prisão, as culpas seriam trasladadas e remetidas com os presos ao vigário-geral para Lisboa ou para Santarém, quando os réus pertenciam a este distrito visitacional. BN, *Instrução e Regimento dos Vizitadores do Arcebispado de Lisboa*, cód. n.º 3137v, §§ 25 e 27, fls. 7-7v.

arcebispo. A redacção da maioria dos termos em Lisboa e não no decurso da visita aconteceu nas visitas pessoais de D. Rodrigo da Cunha, em 1640 e D. Luís de Sousa, em 1678, únicos titulares a visitar o distrito visitacional de Torres Vedras no século XVII. A visita do arcebispo era para ele uma oportunidade de conhecer a sua diocese, pelo que se procurava não o sobrecarregar com as minudências dos autos levantados contra os infractores.

Ainda no campo dos delitos de natureza sexual, falta-nos abordar a situação de clérigos denunciados por terem filhos. Apesar de se contabilizarem cinco denúncias, elas apenas se referem a três sacerdotes, e apenas um chegou a ser pronunciado. Foi o caso do padre António Pereira, ecónomo, que em 1638 fez termo de não ter em casa o filho, sob pena de excomunhão e dez cruzados para a Bula da Cruzada. Prometeu cumprir mas tratou logo de pedir licença ao bispo para cuidar dele, porque quando em 1640 foi de novo pronunciado, apresentou a referida licença. Esta permitia-lhe cuidar do filho até ele perfazer a idade de catorze anos<sup>25</sup>.

A exemplaridade de vida exigida aos clérigos não se confinava ao respeito pelo voto de castidade. Houve outros aspectos do comportamento inadequado às funções eclesiásticas que se procuraram corrigir, sendo que alguns deles foram no sentido da “profissionalização” do clero e a sua separação do mundo dos leigos, de modo a sublinhar a sacralidade das suas funções. Várias foram as denúncias de sacerdotes por conversarem no coro, jogarem à bola e cartas com leigos, por entrarem em suas casas para comer e beber ou frequentarem tavernas, por andarem de noite com armas, vestidos de seculares e por acumularem a função religiosa com o trabalho na agricultura ou no comércio, situações que lhes estavam vedadas (21,8%), por não usarem vestuário apropriado, como o hábito talar (5%) ou por não prestarem contas do dinheiro da Igreja e levarem dinheiro pelos sacramentos ou pelas certidões (5,9%). Também os problemas de alcoolismo (9,8%) e a violência verbal ou física (7,9%) faziam parte do questionário das devassas.

Tal como aconteceu relativamente aos delitos de natureza sexual, só cerca de metade das denúncias foram alvo de pronúncia, exceptuando a violência verbal e física e o uso de vestuário inapropriado, cuja percentagem foi pouco expressiva. Quanto à penalização deste tipo de delitos, a maioria delas foram simples admoestações, havendo a assinalar apenas três sacerdotes multados.

Para terminar a análise dos delitos imputados ao clero, falta referir aqueles que estão relacionados com o mau desempenho das funções paroquiais, as quais eram da responsabilidade dos párocos (curas, reitores, vigários ou priores) e seus coadjutores. Neste ponto, o Concílio de Trento marcou uma viragem significativa ao privilegiar a

25 AHCPL, *Termos das Admoestações da Visita a Torres Vedras de 1638*, lv. 211, fl. 65; *Termos da Devassa da Visita a Torres Vedras de 1640*, lv. 8, fl. 174.



acção pastoral dos ministros da igreja relativamente à comunidade de fiéis que serviam. O regimento dos visitantes que temos vindo a citar é particularmente minucioso na enumeração dos tópicos do questionário a fazer sobre os párocos. E ao contrário do que acontecia nos outros casos, a inquirição sobre se estes cumpriam com as obrigações do seu ofício era feita sobre pessoas em concreto. No que diz respeito aos sacramentos, inquiria-se sobre se eram diligentes a administrá-los e se alguém falecera sem eles, se acudiam aos enfermos com o Santíssimo Sacramento e os ajudavam a bem morrer; se baptizavam na pia baptismal da igreja e no tempo ordenado pelo direito e pelas constituições e se os que foram baptizados em casa por necessidade faziam os exorcismos e recebiam os santos óleos com brevidade; se levavam dinheiro para administrarem os sacramentos, ou se se negavam a fazê-lo se lhes não pagassem, assim como se detinham os corpos dos defuntos se lhes não pagassem de antemão as ofertas de acompanhamento, ou levavam mais dinheiro do que aquele que era costume na igreja em função da qualidade e das possibilidades do defunto. Em relação ao sacramento do matrimónio, dever-se-ia perguntar se os párocos faziam as denúncias dos que se pretendiam casar ou se sem elas, casavam alguns noivos ou ainda, se o faziam fora da igreja paroquial. A remuneração por outras diligências também era objecto de atenção: se levavam dinheiro por apregoarem cartas de excomunhão e absolverem delas, anunciar ordinandos e esposados, cousas perdidas e achadas; ao passarem certidões, sobre o dinheiro que disso levavam e do mesmo modo das buscas nos livros de baptismos, casados e defuntos. Quanto a duas funções centrais da sua actividade pastoral, o visitador devia inquirir se os párocos diziam missa nos dias em que eram obrigados e se faziam as estações com gravidade e se ensinavam a doutrina aos seus fregueses, em que tempo e por que modo. Finalmente, se cumpriam inteiramente as obrigações de vivos e defuntos, se residiam dentro dos limites da freguesia e se tinham limpos e bem tratados os ornamentos das igrejas<sup>26</sup>.

Relativamente ao grau de desempenho dos párocos do concelho da Lourinhã e seus coadjutores, as prevaricações não são muito numerosas e circunscrevem-se à primeira metade do século XVII. As denúncias referem-se a ausência da freguesia, não ensinar a doutrina aos fregueses, não dar os sacramentos aos enfermos, casar noivos de fora da paróquia sem licença (7,9%). Das 14 situações denunciadas, só 4 foram alvo de multas e admoestações.

## Os leigos

A acção de disciplinamento desenvolvida pela Igreja em relação aos leigos passou naturalmente pelo controlo do comportamento sexual e da vida familiar, procurando

---

26 *Instrução e Regimento dos Vizitadores do Arcebispado de Lisboa*, §§ 19-21, fls. 6-6v.



impor os princípios e a disciplina matrimonial decretados em Trento. Os padres conciliares dedicaram uma especial atenção a este tema, desde logo ao reafirmar a sacramentalidade do casamento (negada por Lutero) e portanto a sua indissolubilidade, na sua VIIª sessão de 3 de Março de 1547, e renovando as regras a que este devia obedecer pelo decreto *De Reformatione Matrimonii*, na sessão XXIV de Novembro de 1563. Este normativo foi no sentido de reafirmar a liberdade de escolha dos cônjuges, de clarificar e fixar os impedimentos à realização do casamento, da obrigatoriedade do acto matrimonial ser oficializado por um sacerdote, do seu controlo através do registo em livro próprio e dos procedimentos a seguir antes da sua realização solene<sup>27</sup>.

As visitas pastorais, através da devassa dos pecados públicos, foram o instrumento privilegiado de imposição da doutrina matrimonial da Igreja e de controlo do comportamento sexual e da vida familiar das populações, constituindo os desvios a esse preceituado, como já se referiu, 77,4% dos delitos denunciados no concelho da Lourinhã durante o século XVII.

Começando a análise deste tipo de delitos pelos esposados, seis casais foram denunciados por viverem de “portas adentro” antes de se “receberem”, mas apenas uma pessoa foi admoestada a não o fazer sob pena de ser preso e pagar uma pesada multa. Todas estas denúncias aconteceram na primeira metade do século XVII, à excepção de um casal, mas que aguardava dispensa de Roma para poder contrair matrimónio, devido aos laços de consanguinidade que existiam entre ambos<sup>28</sup>.

Se aparentemente foi fácil à Igreja impor a sua doutrina matrimonial, o mesmo não aconteceu relativamente às situações de amancebamento, pese embora a possibilidade de alguns casos de mancebia entre solteiros resultarem da coabitação entre esposados. A Igreja estava atenta a estas situações e procurou resolvê-las de uma forma expedita, dando licença aos visitantes para casarem os que se encontrassem amancebados, prescindindo da publicação obrigatória dos banhos, desde que não houvesse qualquer impedimento<sup>29</sup>.

O delito de mancebia foi pronunciado 66 vezes, mas correspondeu apenas a 53 pessoas, oito das quais reincidentes, revelando uma taxa de reincidência baixa (15,09%), se comparada à dos clérigos (30%)<sup>30</sup>. As penas variaram entre a simples admoestação e a multa, tendo alguns sido admoestados para não tratarem mal as esposas, situação decorrente da infidelidade conjugal. Não houve nenhum caso de prisão por este tipo de delito, como aconteceu com os clérigos. De salientar apenas que todas

27 Cf. Maria de Lurdes Correia Fernandes – O Concílio de Trento: ponto de chegada e ponto de partida das questões matrimoniais. *Espelhos, cartas e guias – casamento e espiritualidade na Península Ibérica – 1450-1700*. Porto: Instituto de Cultura Portuguesa, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, pp. 201-222 e Federico Palomo – *A Contra-Reforma em Portugal, 1540-1700*. Lisboa: col. Temas de História de Portugal, Livros Horizonte, 2006, pp. 114-125.

28 AHCPL, *Termos da Devassa da Visita a Torres Vedras de 1664-65*, lv. 557, fl. 161v.

29 *Instrução e Regimento dos Vizitadores do Arcebispado de Lisboa*, § 32, fls. 8v-9.

30 As situações denunciadas foram 119, pelo que a taxa de condenação foi de 55,5%.

as mulheres acusadas de concubinato com clérigos se encontram no grupo dos que pagaram multas mais elevadas. Com efeito, segundo as *Constituições de Lisboa*, toda a mulher que estivesse amancebada com um clérigo, levaria pena maior do que aquela que andasse com pessoa secular. No entanto, se o clérigo a quisesse casar ou orientar para a vida religiosa e ela aceitasse uma ou outra situação, não seria condenada<sup>31</sup>. Outro delito bastante denunciado e grave foi o dos pais que consentiam a mancebia das filhas. Apesar de ter havido apenas oito pessoas sentenciadas, das vinte e cinco denúncias feitas, este delito foi um dos que teve condenações mais rigorosas. Um dos casos, foi considerado de tal modo grave que as culpas do casal foram enviadas ao vigário-geral, mas desconhecemos o seu desfecho, por faltar o livro de termos dessa visita<sup>32</sup>. Outro casal esteve quatro dias preso e não sofreu maior condenação por ser pobre<sup>33</sup>. Outro ainda foi multado<sup>34</sup>. Em todas estas situações estiveram envolvidos clérigos. Os outros casos foram resolvidos com simples admoestações.

Outra acusação, por vezes referida, era o de mulheres “viverem devassamente” ou “fazerem mal de si”, numa clara referência à prostituição. Cinco casos foram denunciados e das três pronúncias, duas deram lugar a multas<sup>35</sup>. Por sua vez, o incentivo à prostituição era severamente punido. Uma mulher, dos três casos denunciados, foi condenada a dez dias de prisão por alcoviteira<sup>36</sup>.

Para terminar a apresentação dos delitos relacionados com a sexualidade e a vida familiar, falta-nos referir a situação dos casais que viviam separados. Das três situações denunciadas, apenas um homem foi multado, por duas vezes consecutivas, em 1637 e 1640, por não viver com sua mulher, por a maltratar e pelos juramentos pouco respeitosos que fazia. Foi admoestado a tratar a esposa como companheira e não como escrava<sup>37</sup>.

O segundo tipo de delitos mais denunciados, têm a ver com o não guardar os domingos e dias santos. São também aqueles em que a taxa de condenação relativamente às denúncias foi mais elevada. A Igreja fundamentava este preceito com a necessidade de reservar esses dias para o culto de Deus e dos santos e para a participação nas solenidades religiosas.

A necessidade de impor um preceito que estava pouco enraizado nas populações, levou a Igreja a exercer um controlo apertado sobre o seu cumprimento. No intervalo

31 *Constituições Synodales do Arcebispado de Lisboa*, lv. V, tit. XII, decreto V, § II, p. 441.

32 AHCPL, *Termos da Devassa da Visita a Torres Vedras de 1638*, lv. 123, fl. 150.

33 AHCPL, *Termos das Admoestações da Visita a Torres Vedras de 1655*, lv. 203, fls. 23-23v.

34 AHCPL, *Termos das Admoestações da Visita a Torres Vedras de 1657*, lv. 31, fl. 80v.

35 AHCPL, *Termos das Admoestações da Visita a Óbidos de 1625*, lv. 85, fl. 12; *Termos das Admoestações da Visita a Torres Vedras de 1642*, lv. 5, fl. 53; *Termos da Devassa da Visita a Torres Vedras de 1683*, lv. 23, fl. 68.

36 AHCPL, *Termos da Devassa da Visita a Torres Vedras de 1644-1645*, lv. 551, fl. 88v.

37 AHCPL, *Termos das Admoestações da Visita a Torres Vedras de 1637*, lv. 402, fl. 12v.; *Termos das Admoestações da Visita a Torres Vedras de 1640*, lv. 680, fl. 14v.

entre visitas, cabia ao meirinho zelar pelo cumprimento destas determinações, podendo multar os transgressores até ao valor de 200 réis, coima que revertia para a fábrica da igreja. Acima deste valor, cabia ao pároco a elaboração da lista dos faltosos e entregá-la ao vigário da vara, para a fazer chegar ao promotor da justiça eclesiástica<sup>38</sup>.

As quinze condenações efectuadas correspondem a treze pessoas, já que houve dois reincidentes e referem-se a moleiros e almocreves, que trabalhavam aos domingos e dias santos. A maioria deles foi multada.

A Igreja procurou também promover a harmonia social, castigando todos aqueles que habitualmente usavam de violência verbal ou física contra os vizinhos, ou que tendo cortado relações entre si, viviam como inimigos. Das 14 denúncias feitas, 5 pessoas foram sentenciados, a maioria a pagar uma multa. Alguma desta violência estava associada ao alcoolismo, mas parece que este problema não afectava muito o concelho da Lourinhã, porque só houve duas pessoas denunciadas por este delito.

A blasfémia era um dos crimes cuja jurisdição estava repartida entre o bispo e a Inquisição. Pertencia a este Tribunal a denominada blasfémia do primeiro género, aquela em que se proferiam palavras injuriosas contra Deus, enquanto a blasfémia do segundo género – manifestação de irreverência contra Deus, Nossa Senhora e os santos, assim como juramentos fora do comum – era de jurisdição episcopal. Os casos denunciados na Lourinhã (5) são do segundo tipo e circunscrevem-se a pessoas acusadas de “jurar muito”, “jurar pelas tripas do Senhor” ou fazer “juramentos escandalosos”. Um deles, considerado mais grave, pois o autor pôs em causa o poder de Deus para perdoar às pessoas que faziam juramentos falsos, foi transferido para o Santo Ofício, como já se referiu.

Finalmente temos algumas denúncias pontuais: levar dinheiro pela gestão das confrarias, adivinhação, dar refúgio a pessoa suspeita, usura e prática de abortos. Um dos crimes mais severamente castigados pela Igreja era o da usura, por se considerar que o empréstimo a juros era uma grande injustiça e pelo grande dano que provocava à “República”<sup>39</sup>. Em 1653, um habitante da freguesia de S. Lourenço dos Francos foi denunciado por levar um alqueire de trigo por cada 10 tostões de empréstimo. Acrescenta o denunciante, que o transgressor só não fora ainda acusado por ter dado ao alcaide da Lourinhã 6000 réis. As culpas ficaram em aberto por falta de prova suficiente, mas o usurário foi admoestado a não fazer contratos ilícitos e teve que pagar 1000 réis de multa<sup>40</sup>. A pessoa acusada de adivinhação foi simplesmente admoestada<sup>41</sup> e a de praticar abortos, desconhecemos a punição porque nessa data (1630) ainda

38 *Constituições Synodales do Arcebispado de Lisboa* lv. II, tit. II, decreto II, § 2, p. 172-173. As novas Constituições do Arcebispado de Lisboa aumentaram as penalizações sobre os transgressores relativamente às constituições antigas, justificando o aumento da pena com o “acrescento” da culpa.

39 *Constituições Synodales do Arcebispado de Lisboa*, lv. V, tit. IX, decreto I, p. 430.

40 AHCPL, *Termos das Admoestações da Visita a Torres Vedras de 1653*, lv. 221, fls. 223 e 224v.

41 AHCPL, *Termos da Devassa da Visita a Óbidos de 1683*, lv. 21, fls. 205-208.

não era habitual registar a lista dos pronunciados nos livros de devassas e não há, para este ano, livro de termos<sup>42</sup>.

## Algumas conclusões

A regularidade com que se realizou a devassa dos “pecados públicos” e o julgamento sistemático dos delitos cometidos, principalmente na primeira metade do século XVII, acabaram por ter um efeito normalizador dos comportamentos sociais.

No que diz respeito aos clérigos, enquanto na primeira metade deste século, houve uma média de 2,62 de elementos do clero denunciados por visita, na freguesia da Lourinhã – nas outras freguesias o seu número é pouco significativo –, na segunda metade esse valor baixou para 2,11. As infracções relativas ao mau desempenho das funções paroquiais por parte de priores, coadjutores e párocos foram resolvidas na primeira parte do período em estudo, o que coloca questões sobre o recrutamento e a formação desses clérigos – uma questão a estudar.

Quanto aos leigos, na primeira metade de Seiscentos, houve uma média de 4,95 de pessoas denunciadas na freguesia da Lourinhã, valor que subiu para 5,44 na segunda metade deste século. Na freguesia de S. Lourenço dos Francos, foram denunciadas em média 1,2 pessoas por visita na primeira metade do século XVII, valor que subiu ligeiramente para 1,25 na segunda parte da centúria. Quanto ao Vimeiro, na primeira metade do século a média é de 1,6 pessoas por visita, valor que desceu para 1,5 na segunda metade. Se à primeira vista, possa parecer que a eficácia das penalizações aplicadas aos leigos não tenha sido grande, pudemos, no entanto, verificar o desaparecimento de algumas situações objecto de denúncia.

Uma delas é dos esposados viverem maritalmente antes de contraírem matrimónio, situação relatada algumas vezes e que desaparece a partir de 1638, com excepção do caso do Vimeiro, denunciado em 1665, mas que se encontrava em vias de solução. Daí que possamos concluir que, apesar de a Igreja não ter conseguido impor a sua moral no campo da vivência da sexualidade, pelo menos conseguiu impor as suas normas relativamente ao matrimónio.

Também as condenações de prostituição e seu incentivo, e de pais que consentiam o concubinato das filhas deixam de aparecer nos livros das visitas, a partir de 1645 e 1657, respectivamente, revelando alguma eficácia da acção da Igreja.

Outra das situações – o não guardar os domingos e dias santos –, segundo tipo de delitos mais denunciados nos leigos e aqueles em que a taxa de condenação em relação às denúncias é mais elevada, desaparece a partir da visita de 1657.

---

42 AHCP, *Termos da Devassa da Visita a Torres Vedras de 1630*, lv. 209, fls. 61v-72.

A persistência na condenação dos infractores, teria levado as populações à prática dos preceitos religiosos.

O tipo de penalizações impostas variaram entre simples admoestação, multa e prisão, neste caso para as situações mais graves, como reincidência, concubinato de clérigos, pais que consentiam a mancebia das filhas ou o incentivo à prostituição. Apesar da Igreja poder recorrer a castigos mais severos como o degredo para fora do arcebispado ou para os territórios ultramarinos, nunca os usou sobre os habitantes do concelho da Lourinhã e mesmo a pena de prisão preventiva foi decretada apenas até ser lavrado o respectivo termo, o que revela a intenção de não aplicar penas excessivas, que pudessem ser contraproducentes com o objectivo em vista: a correcção dos comportamentos. Todos os casos que pudemos analisar foram resolvidos através de um processo sumário feito pelo visitador durante a realização da visita, ou em Lisboa nos Paços do Arcebispo, nos casos das visitas efectuadas pelos arcebispos D. Rodrigo da Cunha, em 1640 e por D. Luís de Sousa, em 1678. Em todos eles, os acusados, embora nalgumas situações tenham negado a acusação, preferiram colaborar com a justiça, temendo provavelmente os custos de um processo demasiado longo. Houve, no entanto, nos livros de devassa algumas pronúncias de *livramento* ou a anotação das culpas terem sido transferidas para o vigário-geral, indiciando que foram abertos processos no auditório eclesiástico para posterior julgamento<sup>43</sup>. Não sabemos se estes casos foram resolvidos de uma forma idêntica aos anteriores, porque faltam os respectivos termos de admoestação, ou se foram efectivamente julgados pelo tribunal da Relação, dúvida que não pode ser esclarecida porque os processos relativos a estes julgamentos não foram preservados.

43 Em 1702, o ouvidor da Lourinhã foi denunciado por manter em sua casa a criada, mulher casada, apesar de já ter sido obrigado a expulsá-la por sentença do juízo eclesiástico. Acrescenta a testemunha que o meirinho-geral já tinha ido à Lourinhã para o prender, mas que ele tinha recorrido para o tribunal da Legacia. Apesar disso, foi pronunciado a expulsar a referida mulher de sua casa e a pagar uma multa de 2.000 réis (não há livro de termos desse ano). AHCPL, *Termos da Devassa da Visita a Óbidos de 1702*, lv. 43, fls. 57-59.